

Celso R. Braidá

Universidade Federal de Santa Catarina
crbraidá@ig.com.br

BRITO, Adriano Naves de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: Ed. UnB, 2003. 208p.

Adriano Naves de Brito, no livro *Nomes próprios: semântica e ontologia*, assume como tarefa investigar a questão de “como nomes próprios se vinculam a seus objetos para cumprirem a função de estar por eles nas sentenças” (p. 37). A partir dessa questão são esclarecidas interrelações fundamentais entre noções semânticas e ontológicas, refletindo nos conceitos de nome e de objeto. O livro está dividido em cinco capítulos, além da apresentação e da conclusão: 1. “Nomes próprios”; 2. “Teoria descritivista e teoria causal da referência”; 3. “Da referência e do uso de nomes próprios”; 4. “Elementos para uma teoria da referência para os nomes próprios”; 5. “Nome próprio, identidade e objeto”. Além disso, o livro contém um prefácio muito instigante, de Julio, Cabrera, intitulado “O arpão e a rede: modos de pescar objetos”. A atualidade dos temas tratados e as teses defendidas tornam esse livro leitura obrigatória para aqueles interessados na discussão filosófica da linguagem.

1. A importância lógico-filosófica dessa questão foi expressa de modo claro e incontornável talvez pela primeira vez por J. S. Mill na sua obra *Sistema de lógica* (1843, 1872). Com efeito, nessa obra o primeiro livro denomina-se *Dos nomes e das proposições*, o primeiro capítulo “Da necessidade de começar por uma análise da linguagem” e a primeira seção “Teoria dos nomes, parte necessária

da lógica”. Obviamente, o qualificativo “necessário” para a análise da linguagem e para a teoria dos nomes tem de ser lido como dissesse que sem isso não temos lógica (nem filosofia da lógica). Mill defendeu nessa obra que os nomes são nomes das coisas mesmas, e não de nossos conceitos ou idéias das coisas, e que os nomes próprios “denotam os indivíduos a quem dão o nome, mas não afirmam nem implicam qualquer atributo como pertencente a esses indivíduos” (Livro I, cap. II, § 5, p. 101). Justamente essa proposição de Mill está cifrada como problemática na questão retomada por Adriano. Para Mill, com efeito, “os nomes próprios estão vinculados aos objetos em si e não dependem da permanência de qualquer atributo do objeto” (p. 101). Em outras palavras, para Mill, os nomes não apanham nem apreendem objetos, no sentido de codificarem algum conceito sob o qual os objetos cairiam, mas antes mantêm com eles relações exteriores e contingentes. Adriano recusa essa explicação e, assim, ainda pergunta pelo modo como os nomes nomeiam aquilo de que são nomes.

Entretanto a investigação de Adriano desencadeia-se tomando como ponto de partida a antecipação regulativa de que nomes próprios

são expressões referenciais para objetos particulares determinados e que podem ocorrer sem restrições de um lado e de outro do sinal de identidade, tal que as sentenças resultantes, quando ladeadas por expressões distintas, expressam enunciados que não são sempre falsos (p. 37)

Esse modo de fixar o ponto de partida alude explicitamente ao modo de estabelecer a questão formulado pelo crítico maior de Mill, a saber, Friedrich G. Frege, no texto “Sobre o sentido e a referência”, de 1892. Ora, Frege defendeu uma solução para a questão dos nomes próprios explicitamente oposta à de Mill e, sob muitos aspectos, melhor. Com efeito, para Frege, o nome vincula-se ao objeto pela mediação de um sentido, e esse sentido tem a ver com os atributos do objeto nomeado, pois no sentido está um modo de apresentação daquilo mesmo que é nomeado. Além disso, foi

Frege quem salientou o aspecto lógico dos nomes, a saber, de poderem ladear um sinal de identidade, o que indica sua função semântica como termo singular, justamente o ponto ambíguo da teoria de Mill.

Podemos então dizer que o problema que Adriano enfrenta no seu livro emerge da contraposição dessas duas teorias. Para encontrar uma solução, ele seguirá de perto todos os desdobramentos da teoria dos nomes ao longo do século XX, concentrando-se na análise de dois tipos de propostas de solução, denominados *teoria descritivista* e *teoria causal* da relação entre nome e nomeado. Os méritos do seu livro advêm do rigor e da exaustão com que essas duas teorias e seus desdobramentos, de Frege a Kripke, passando por Russell, Strawson e Searle, são expostos e criticados. Mas esse enfoque também implica limitações nos resultados alcançados, pois assim se deixam de lado outras teorizações importantes. O cerne da opção feita por Adriano está em tomar como objeto de investigação o que ele denominou “significado”, caracterizado como o referente, e de “sentido”, caracterizado como “um elemento de ligação entre os nomes e seus portadores” (p. 42). Essa suposição determina de antemão as possíveis soluções ao excluir, sem mais argumentos, aquelas teorias que não aceitam que os conceitos semânticos sejam primariamente relacionais.¹ (Essa opção, por conseguinte, revela que Adriano aceitou, talvez inadvertidamente, a definição relacional das noções semânticas cujo paradigma são os trabalhos de A. Tarski.)

2. Além de aceitar de antemão uma noção relacional dos conceitos semânticos, Adriano, já no início da investigação, se posiciona a favor de uma relação mediada entre linguagem e mundo, como se pode ver na sua crítica à possibilidade mesma de “uma referência direta e imediata” que está embutida nas teorias de Russell e Strawson (p. 64). Trata-se obviamente do problema do acesso aos particulares *qua* particulares, o qual desde Aristóteles é banido da ciência, mas que sempre retorna, seja como óbvio seja como ilusória tentação. Porém, a forma como Adriano lida com esse problema revela sua herança moderna e kantiana, na versão

pasteurizada de Strawson, a qual tem sido denominada “princípio da imanência”,² explicitamente recusado pela teoria de Mill. Na versão lingüística de Adriano, os objetos apenas podem nos ser dados via descrições (p. 71). Se para o estagirita o singular estava fora do alcance da ciência e se para os modernos apenas pelos dados imediatos da consciência, pelo modo de dar-se podemos conhecer algo, já que temos acesso somente àquilo que se dá em nós, na versão lingüística dessas posições, o real apenas se daria via linguagem – apenas como descrição algo poderia ser um objeto para nós.

Antes, porém, convém apresentar resumidamente as alternativas consideradas por Adriano (cap. 3). O que ele denomina *teoria descritivista* pode ser assim apresentado de maneira muito resumida: (1) a referência a objetos por meio de nomes é mediada por descrições; (2) os nomes próprios têm sentidos, os quais são explicitáveis por frases descritivas. Em oposição às teorias descritivistas surgiram nos anos sessenta do século passado as assim chamadas *teorias causais da referência* ou da referência direta. Essas teorias têm em comum a recusa das duas teses características das teorias descritivistas. A teoria causal da referência dos nomes próprios diz que o vínculo dos nomes aos objetos nomeados é direta, sem mediação alguma, exceto a conexão causal-social da atribuição e emprego daquela palavra para referir aquele objeto. Por isso, a teoria causal pode ser formulada como negando que os nomes próprios tenham algum sentido, sobretudo um sentido que poderia ser explicitado recorrendo-se a uma descrição.

Na exposição da teoria descritivista, Adriano, seguindo as indicações de Russell, acaba por fundir “sentido de um nome” com “descrição de um objeto” (p. 60-72). Não se diz que isso não se infere da proposta de Frege, embora isso comprometa toda a argumentação posterior. Todavia, a resposta encontrada por Adriano para a sua pergunta inicial é tanto surpreendente quanto esclarecedora:

Por um lado, há que se conceder à teoria descritivista que nomes próprios não se referem diretamente a seus referentes e não são, nesse sentido, designadores rígidos. por outro,

há que se conceder que a tarefa de mediação que as descrições desempenham para que os nomes cumpram sua função de estar por objetos está determinada também pelas convenções de uso, que têm um eminente caráter social. Considerando isso, os nomes estão vinculados a descrições, mas podem ser usados de modos diferentes a fim de cumprirem sua função. (p. 113)

Essa solução entende a descrição da função semântica exercida pelos nomes próprios como uma descrição de algum suposto vínculo entre palavra e coisa. Ao concentrar-se na investigação de como os nomes próprios ligam-se aos objetos nomeados (p. 79), Adriano deixa de lado os aspectos lógico-semânticos dos nomes, a saber, aquelas características e propriedades dos contextos sentenciais (ou proposicionais) em cuja estrutura há posições em que as palavras que as ocupam funcionam como nomes próprios, pois não há nenhuma característica especial que diferencie as palavras que são nomes próprios daquelas que não são, afora o fato lingüístico de algumas palavras poderem ocupar, e outras não, certas posições em contextos semânticos.

3. Caso fossem enfocados os aspectos lógico-semânticos dos nomes, e se tentasse caracterizar a função semântica que as palavras ditas nomes próprios exercem nas sentenças, talvez a contraposição entre ligação causal e ligação descritiva entre nomes e nomeados fosse posta como secundária, em proveito da contraposição entre remissão referencial e remissão inferencial, ou ainda entre *dêixis* e *anáfora*. Obviamente esse enfoque modificaria inteiramente a investigação. No que diz respeito à função semântica dos nomes, Adriano adota a concepção tradicional formulada com base em duas suposições, uma herdada de Mill, conforme a qual “nomes próprios são termos, cuja função semântica é referir o objeto do discurso, de tal sorte que o objeto seja representado no discurso independentemente de seus atributos peculiares” (p. 130), e outra de extração propriamente fregeana, a saber, “a função semântica

dos nomes próprios é referir, em todas as suas ocorrências, o mesmo objeto” (p. 142), na qual o conceito de *mesmidade* é decisivo. Ora, embora esta seja uma formulação rigorosa do papel dos nomes próprios, ela deixa de considerar que esse papel é, na verdade, uma propriedade de contextos frasais usados para realizar atos, e, mais especificamente, a função é das posições no complexo estruturado e não propriamente das palavras que ocorrem nessas posições.

Essa pré-orientação da investigação mostra-se sobretudo no capítulo 3 que trata da referência e do uso dos nomes próprios. Adriano parte da idéia geral de que a função dos nomes próprios é simplesmente referir (p. 84). Desse modo, ele pode mostrar facilmente que ambos os tipos de teorias, descritivista e causal, têm um ponto em comum, qual seja, o de suporem que o uso bem-sucedido de um nome próprio garante que o ouvinte tem como saber do que ou de quem se está a falar, portanto, de que o uso do nome próprio é suficiente para o ouvinte identificar aquilo de que se fala (p. 87). Então, a partir disso, Adriano argumenta que uma teoria da referência não substitui uma teoria do uso bem-sucedido (p. 89). O seu argumento principal é que

não é necessário conhecer sempre a referência de um nome, ou poder determiná-la, para usar o nome significativamente. As regras que orientam o uso dos nomes próprios numa língua são, por vezes, condições suficientes para o seu uso significativo e bem-sucedido. (p. 114)

Em outras palavras, o que é decisivo para uma palavra ser tomada como um nome próprio é que ela “tenha um uso legítimo em uma instância de comunicação, não que sua referência seja especificada inequivocamente” (p. 118). Pois “não é somente mediante a especificação do objeto que o uso de nomes próprios é garantido” (p. 141).

Até aqui trata-se simplesmente da reafirmação da tese clássica. Mas Adriano avança ainda um pouco mais e se afasta da tradição, ao defender que a

afirmação de que a referência de um nome próprio não pode ser determinada fora de seu uso pressupõe que aquilo a que o nome próprio se refere, isto é, o portador do nome, não pode ser determinado independentemente do uso de seu nome em uma instância de comunicação. (p. 119)

Desse modo, essa posição acabará por diluir a própria noção de objeto, e Adriano não hesita em concluir:

A linguagem [...] flutuaria sobre o espelho líquido da matéria, no âmbito da qual, e com a ajuda da rede da linguagem, unidades podem ser especificadas e fixadas como objetos, cuja especificidade individual, no entanto, é formada pela própria rede que os aprisiona. Estamos aqui no ponto em que os limites entre semântica e ontologia se tornam difusos. (p. 145)

Esse caminho o levará à conclusão de que “a forma geral do objeto, para chegar a ser designado, pode, pois, ser definida apenas pela sua apreensão pela linguagem” (p. 191), afirmação essa que nos seus próprios termos revela a sua inadequação, já que “designação” e “apreensão” sugerem uma relação binária. Na verdade, o que deveria ser dito é que a forma ou a objetualidade do objeto apenas se nos dá na gramática das expressões lingüísticas usadas para apresentá-lo. Mas, embora seja assim o modo como Frege pensou em “Sobre o conceito e o objeto”, ali jamais se confundiu o significante com o significado.

Ainda que Adriano esclareça em nota que ele apenas está considerando “uma noção lingüística de objeto” (p. 194, n. 3), o que deveria ter sido dito no início, pois as expressões referenciais em contextos de uso e, sobretudo, os nomes próprios são utilizados as mais das vezes para indicar, referir e identificar objetos não-lingüísticos. Ora, podemos ver como Adriano vacila entre duas concepções de objeto ao oscilar entre duas interpretações da função semântica da palavra “isso” na pergunta “O que é isso?” (p. 195). O “isso” pode ser compreendido ou como uma expressão dêitica ou como uma expressão anafórica. No primeiro caso, ela seria independente de

qualquer remissão a outras expressões para cumprir sua função referencial; no segundo, porém, ela remeteria a ou seria a abreviação de “isto que é chamado ou descrito de tal e tal modo”. Que o percurso percorrido no livro conduza à recusa da primeira interpretação mostra a coerência do autor, mas simultaneamente indica que tal percurso talvez não seja a via mais adequada, pois, se a função dos nomes é referir, então, ao diluir os referentes nas malhas da linguagem, o referir mesmo teria a função de instaurar os referidos de tal modo que referir não seria mais referir mas instituir. Metaforicamente, fica-se com a sensação de que estamos a procurar rastros de peixe no leito de um rio seco e, na impossibilidade de encontrá-los, ainda assim basta lançar a rede para termos peixe.

4. O problema enfrentado por Adriano é bem conhecido e sabidamente de difícil solução sem riscos. Então ele arrisca, na “falta de uma teoria do uso dos nomes próprios”, uma posição “cujo fundamento de esclarecimento da semântica desses termos não esteja na estrita dependência da especificação dos seus referentes e que possa enriquecer uma teoria da referência no sentido lato” (p. 107). A alternativa mais imediata seria desvincular a função semântica dos nomes da função de referir objetos. Entretanto, em vez de analisar a função semântica da posição ocupada pelos nomes, Adriano opta pela senda perigosa aberta pela teoria do uso, pois o uso de um nome não depende da especificação do referente (p. 104). O seu argumento tem duas frentes: por um lado, ele tenta mostrar que a teoria da referência direta é incapaz de garantir a determinação do referente para os nomes próprios e, por outro, que a teoria descritivista não é capaz de explicar o uso dos nomes em contextos conversacionais. Ele termina por aceitar da teoria descritivista que os nomes próprios relacionam-se com os nomeados por meio de descrições e da teoria causal que o uso deve ser considerado, uso esse cujas regras permitiriam e explicariam o sucesso do emprego dos nomes mesmo ali onde o objeto referido resta obscuro ou até mesmo é inexistente (p. 150). A dificuldade,

entretanto, da solução de Adriano está justamente no seu ponto de partida de que a função dos nomes próprios é referir e de que devemos esclarecer a relação entre nome e nomeado.

Um momento ausente da consideração de Adriano que poderia quebrar as limitações de sua análise seria a elaboração de uma teoria geral da significatividade lingüística. Pois uma palavra é uma palavra apenas se tem um papel num *contexto* e numa *situação* discursiva. O caso dos nomes próprios não é diferente. Que apenas o vínculo referencial não seja suficiente para o uso bem-sucedido dos nomes é algo que vale para toda e qualquer palavra, pois toda palavra tem também de codificar liames com outras palavras, isto é, uma palavra sempre solicita e exclui de modo determinado a ocorrência de outras palavras concomitantes. O vínculo referencial, por conseguinte, não é suficiente e, na maior parte das vezes, nem necessário para que uma palavra seja significativa. No caso dos nomes, esse vínculo é, no mais das vezes, apenas suposto e nem sempre é requerido. As remissões internas (*in*-ferenciais) são suficientes para a introdução de uma palavra como nome, como se pode ver claramente em exemplos do tipo: “Aquele rapaz de que ela estava falando é desconhecido de todos aqui, vamos então chamá-lo de João Sem Nome”; “Vamos supor que este crime foi cometido por uma moça, a qual, para nós, será chamada provisoriamente de Maria”. Nesses casos os dois nomes próprios são introduzidos via remissão anafórica a posições dêiticas e, por isso, têm um conteúdo referencial, embora seja possível que tais posições sejam referencialmente vazias, pois pode não existir o putativo referido. Note-se, todavia, que isto não é apenas um efeito do uso, como quer Adriano, mas antes isso apenas é possível porque palavra (significativa) não há que não esteja ligada a outras palavras no contexto de um ato intencional de dizer ou de uma frase enunciativa.

Ora, se é assim, fica evidente então a inadequação da metáfora do arpão e da rede, pois nomes não, e também nenhuma outra palavra, apanham objetos e coisas, seja espetando seja entrelaçando. Tanto a imagem do arpão quanto a da rede pressupõem que a

linguagem difere das coisas e dos objetos, que linguagem e mundo são separados, e que alguma relação conceitual de apreensão ou concepção faria o vínculo entre um e outro tornando as palavras significativas. Já apontei para o fato de que o próprio Adriano sugere que o dizer constitui os objetos, logo não há espaço para uma relação entre palavra e objeto. Essa questão torna-se premente na análise da significatividade das expressões dêiticas. Adriano entende e defende muito bem que “o uso de expressões dêiticas é [...] parasitário de uma prévia descrição do mundo e de seus objetos” (p. 187). Ora, essa tese é sem dúvida alguma muito problemática, pois as mais das vezes uma expressão dêitica abre um contexto discursivo. Apenas uma teoria da constituição retroativa do referente³ pela continuação do discurso poderia explicar tal uso, mas tal teoria está inviabilizada pela própria motivação referencial e relacional da inteira investigação.

5. Justamente a suposição de que os nomes próprios vinculam-se aos seus referentes por meio de descrições, caso simultaneamente suponha-se que a descrição institua o objeto, enfraquece o seu potencial. Ora, esse ponto é controverso e resta ao final do livro não comprovado, visto não ser possível determinar para os nomes próprios em geral uma ou mais descrições codificadas para os falantes da linguagem. O próprio Adriano admite que “ligar um nome a um referente é uma deliberação arbitrária” (p. 136). Porém, nunca é arbitrária a relação entre uma descrição e um objeto. Além disso, descrições são objetos lingüísticos, ou expressões gramaticais, e deveria ser mostrado que elas não dependem de nomes para se estabelecerem. Para resolver essas dificuldades, Adriano apela para a “teoria do uso”. Essa dificuldade mostra-se na conclusão mesma de Adriano, ao reafirmar a sua opção pela teoria descritivista:

o que torna uma descrição decisiva para o uso referencial de um nome próprio são as convenções que estão ligadas a esse uso e que devem ser dominadas pelos interlocutores, a fim de que o uso possa ser levado a termo com sucesso. (p. 194)

Ora, o apelo ao uso destrói o apelo a descrições, pois se há algo que independe do uso é a relação entre uma descrição e aquilo que cai sob essa descrição. Aliás, justamente este era o argumento de Russell para diferenciar as descrições dos nomes próprios. No meu modo de considerar as coisas, no final das contas, a tese de Mill resta intacta: “os nomes próprios estão vinculados aos objetos em si e não dependem da permanência de qualquer atributo do objeto”. Se as descrições não são arbitrárias e se o uso pode vincular um nome a despeito das falhas descritivas, então, pode-se concluir que os nomes não precisam codificar nenhuma descrição dos atributos do objeto para ser o seu nome próprio. Se o uso tem alguma função, então, as descrições não têm lugar como ingrediente do significado dos nomes próprios.

Com efeito, do fato de descrições e nomes próprios poderem ocupar a mesma posição num ato semântico, num ato de enunciação, não se segue que eles sejam intercambiáveis, pois, embora os falantes de uma língua possam em geral sem maiores explicitações identificar na situação de proferimento o objeto referido por uma descrição, esse não é o caso dos nomes próprios. Para esses, ao contrário das descrições, faz-se necessário um outro ato semântico que diga que aquela palavra é o nome próprio daquele objeto identificável na situação. Esse argumento foi usado por Russell e, na minha opinião, constitui um poderoso argumento contra a identificação da função semântica dos nomes com descrições. Dados um contexto e uma situação de proferimento, as frases “Os meus óculos estão sujos”, “Os óculos do professor de ontologia estão sujos” e “Os óculos do Celso estão sujos” agenciam funções semânticas (remissões referenciais e inferenciais ao contexto e à situação) totalmente distintas, embora os valores semânticos dessas três sentenças estejam co-implicados. Por isso, a diferença entre as expressões sujeito dessas frases, numa descrição semântica que priorize a verdade pode desaparecer.

Todavia, uma vez que Adriano supõe que nosso acesso ao mundo se dá por meio de descrições, então, toda vez que temos

objetos determinados e relações com objetos individuados, ele infere disso que temos descrições (p. 184). Eis a versão lingüística do princípio da imanência: os objetos apenas podem nos ser dados via descrição, e as descrições são nossas, da nossa linguagem. Ora, desse modo, o próprio modo de dar-se da linguagem fica inexplicado. Além disso, costuma-se – entre os usuários das diferentes linguagens – distinguir entre um *dito* objeto e um *dado* objeto, entre o que se diz haver e o que há, entre os objetos *de discurso* e os objetos *reais*, distinções essas sem as quais toda prática de investigação careceria de sentido, e toda disputa, de opinião vã. Porém, para acatar essa objeção, faz-se necessário aceitar que a significatividade das expressões lingüísticas, inclusive a das palavras cuja ocorrência tem a função de nome próprio, não seja lingüística. Além do mais, o vínculo entre palavra significativa e objeto não é da ordem do discurso, mas, sim, do nexa constitutivo da possibilidade mesma da linguagem e do mundo, enquanto ambos instauram-se e fundam-se, simultaneamente dele *diferindo* e a ele *referindo-se*, a partir do real indizível e inaudível, estabelecido pelo agir de um ente intencional.

Notas

1. Como exemplares desse tipo de teoria semântica indico as propostas de R. Brandom, em *Making it explicit* (1994) e de P. Horwich, em *Meaning* (1998), bem como a de J.-C. Anscombe, em *Théorie des topoi* (1995).
2. Cf. M. A. G. Porta. A polêmica em torno ao psicologismo de Bolzano a Heidegger. *Síntese*, v. 31, n. 99, 2004.
3. Uma teoria desse tipo é defendida por Brandom, op. cit., outra é a teoria dos topoi, de Anscombe, op. cit.